

VICTORINE LIGUIÇANO

Filosofia, Universidade Federal do Rio de Janeiro

RESUMO

Ailton Krenak, líder indígena, ecologista e filósofo, surge como um contraponto à forma segundo a qual o mundo é refletido. Sua perspectiva oferece novas formas de interpretar o nosso passado e nosso presente, proporcionando as condições para se vislumbrar um novo futuro, qual seja, o que leva em conta a responsabilidade com o meio ambiente. No entanto, Krenak tece críticas à ideia de sustentabilidade tal como ela tem sido entendida em nossos dias, uma vez que, as práticas que são vistas como sustentáveis ransparecem, antes, o viés antropocêntrico do ser humano, do que uma vontade genuína de mudança perante a crise ambiental que atualmente vivenciamos. Consciente disso, é proposta a possibilidade de unir conhecimento ancestral dos povos originários acerca da natureza com a tecnologia contemporânea, o intuito de lidar com a atual crise ambiental.

Palavras-chave: Krenak, Filosofia da Natureza, Sustentabilidade, Decolonialidade.

AILTON KRENAK AND THE CRITICISM OF SUSTAINABILITY

ABSTRACT

Ailton Krenak, indigenous leader, ecologist and philosopher, appears as a counterpoint to the way in which we reflect the world. Its perspective offers new ways of interpreting our past and our present, providing, therefore, conditions to envision a new future, that is, what takes into account the responsibility with the environment. However, Krenak criticizes the idea of sustainability as it has been undertaken in our days, since the practices that are seen as sustainable reveal, rather, the selfish facet of the human being, than a genuine desire for change in the face of the environmental crisis that we are currently experiencing. Aware of this it proposes the possibility of uniting the ancestral knowledge of the original peoples about nature with contemporary technology as a means of dealing with the current environmental crisis.

Keywords: Krenak, Philosophy of Nature, Sustainability, Decoloniality.

1. INTRODUÇÃO

*Quando o português chegou
debaixo duma bruta chuva
vestiu o índio
que pena!
fosse uma manhã de sol
o índio tinha despido
o português*
Oswald de Andrade

O presente capítulo pretende expor a crítica elaborada pelo líder indígena Ailton Krenak à ideia de sustentabilidade tal como ela tem sido colocada em prática. Para tanto, será explicitada a forma como o fenômeno da colonialidade exerce seus efeitos nos países que foram vítimas do colonialismo. O

conceito de colonialidade da natureza será destacado, a fim de ilustrar de que modo a natureza tem sido objetificada e utilizada como um meio para alcançar objetivos que remetem ao progresso e ao desenvolvimento econômico dos países do Norte, majoritariamente. Assim, será possível perceber a diferença entre o conceito de sustentabilidade empregado por algumas pessoas e a perspectiva indígena do líder Ailton Krenak, que afirma a necessidade de a prática sustentável possuir um caráter radical e global. A partir disso, será possível propor uma postura diversa perante a atual crise ambiental, uma postura que reconhece o saber dos povos indígenas como chave indispensável para a vida saudável na Terra. Para tanto, a bibliografia pertinente ao tema engloba os relatórios que deram origem ao termo *sustentabilidade*, os textos de Krenak, além de material produzido por diversos intelectuais que auxiliam na intrincada compreensão de alguns aspectos do processo colonial e suas consequências, que se mostram ainda presentes no mundo hodierno.

A palavra Krenak é constituída de duas partículas, “Kre” e “nak”, que significam, respectivamente, “cabeça” e “terra”. Nesse sentido, tal termo evidencia a conexão profunda e inerente que existe entre tal povo e a terra. O significado que essa palavra traz faz parte da memória que os ancestrais desse povo indígena deixaram, evidenciando o legado e aquilo que os caracteriza enquanto identidade, ou seja, um povo cuja existência está estritamente vinculada à terra. Cabe sublinhar: “não a terra como um sítio, mas como esse lugar que todos compartilhamos (...), esse lugar que para nós sempre foi sagrado” (Krenak, 2020b, p. 48-49). Ou seja, o fato de o povo Krenak se identificar como a “cabeça da terra” não indica que eles estejam vinculados a um terreno específico ou que defendam alguma propriedade como se lhes fosse privada. Mais do que isso, trata-se de uma ligação enraizada com a terra em si, com tudo o que ela é capaz de proporcionar para o ser humano, reconhecendo o seu papel fundamental para a existência de todos os seres e que, por isso, é vista como sagrada.

À perspectiva de Krenak, soma-se o pensamento de caráter decolonial. Na década de 1990, surgiu um importante grupo fundado pelo sociólogo Aníbal Quijano. Constituído por pensadores provenientes de diferentes áreas das humanas e oriundos predominantemente da América Latina, encontra-se, dentre os participantes do grupo, o filósofo Enrique Dussel, a linguista Catherine Walsh, o antropólogo Arthur Escobar, dentre outros. Tal grupo, intitulado “modernidade/colonialidade”, tinha como um dos seus principais objetivos propor uma alternativa ao discurso eurocêntrico, que se promove enquanto o único válido. O grupo defende que o colonialismo indica a época histórica na qual certa população é explorada por uma autoridade política estrangeira. Todavia, após a independência dos diferentes povos de seus respectivos colonizadores, não sucede uma instantânea liberdade política, cultural e identitária. O que ocorre é um fenômeno chamado de colonialidade, ou seja, apesar de não haver mais o poderio da colonização, impera, no imaginário dos indivíduos, padrões e parâmetros europeus. Nesse sentido, é a partir da colonização de inúmeros territórios que a Europa se autolegitimou enquanto única produtora de conhecimento válido, verdadeiro e verificável, de modo

que a utilização do conceito de decolonialidade tem o objetivo de questionar o processo de colonialidade que tem sido perpetuado em diferentes esferas da sociedade.

Walter Mignolo elaborou um conceito fundamental para a presente reflexão, qual seja, a ideia de “colonialidade da natureza”. Ela consegue expressar os mecanismos que levaram ao surgimento da objetificação da natureza. Ainda, deixa evidente que a colonialidade da natureza, enquanto prática que responde aos interesses comerciais, não atuou apenas no passado, mas segue vigente nos dias atuais – suas consequências no meio ambiente são notadas em todos os seres vivos e não vivos. Nesse sentido, falar em colonialidade da natureza implica abordar a forma como o meio ambiente tem sido controlado e administrado pelos interesses do colonizador, o que, conseqüentemente, demanda a necessidade de atitudes decoloniais a fim de repensar tais práticas (Mignolo, 2017). Propor o pensamento de líder indígena, filósofo e ecologista Ailton Krenak constitui-se, portanto, em uma postura decolonial no trato com a natureza.

Convém evidenciar, também, uma perspectiva que questione a pretensão universal e unívoca de conhecimento que a matriz europeia evoca para si. Assim, a perspectiva decolonial tem por objetivo denunciar o apagamento das inúmeras cosmologias dos diferentes povos e indicar não apenas a existência de outros tipos de conhecimento acerca do mundo e das coisas, como também o seu valor. Cabe sublinhar a característica singular dos estudos decoloniais em comparação com muitos outros. Afinal, eles não se configuram como apenas mais um conhecimento no hall dos demais saberes. Os estudos decoloniais não são apenas mais um conteúdo que se soma a outros de maneira simples; conseguem, isso sim, reestruturar todo o conhecimento obtido previamente, remodelando e redimensionando as perspectivas que antes se propunham hegemônicas. Além disso, quando se considera que o Brasil é um país que sofreu e ainda sofre com os efeitos da colonização, levantar a bandeira da decolonialidade configura-se como um dever histórico, pois oferece as bases para combater o historicídio e o epistemicídio.

Ainda, a importância das reflexões de Ailton Krenak se reafirma na medida em que a academia, majoritariamente, enquanto instituição que promove o conhecimento, se perpetua como promotora de um saber de caráter eurocêntrico. Sendo assim, evocar a reflexão de um líder indígena representa um avanço no sentido de promover o alargamento do horizonte epistemológico que é proposto na universidade e nos debates acadêmicos em geral, lutando, portanto, contra o apagamento de tais povos. Afinal, foram muitas as estratégias que, no decorrer dos séculos, os povos originários implementaram para sobreviver à guerra criada pelos europeus, haja visto que ainda hoje tais povos seguem “esperneando, reivindicando e desafiando o coro dos contentes” (Krenak, 2020b, p. 28). Nesse sentido, cabe sublinhar que, apesar de o título deste capítulo propor uma “crítica indígena”, é importante ressaltar que diversos povos indígenas seguem afirmando a sua existência, e estes devem ser considerados de modo singular, dada sua diversidade. Apesar do extermínio em massa que ocorreu desde a invasão portuguesa e apesar de, nas décadas de 1970 e 1980, o governo brasileiro insistir que os povos nativos estavam

extintos, pois haviam se integrado à sociedade, a verdade é que ainda hoje existem 305 etnias diferentes e 274 línguas faladas, segundo a Funai (Fundação nacional do Índio)¹.

Destaca-se, outrossim, a pertinência de suscitar uma discussão acerca da natureza, pois traz à tona diálogos fundamentais para a compreensão da forma como o ser humano se relaciona com o meio ambiente. Afinal, desde a invasão europeia no território que hoje se nomeia Brasil, até os dias atuais, identifica-se um movimento predatório diante da natureza e que, por sua vez, não por acaso, desemboca na crise ambiental vivenciada atualmente. Assim, a crítica elaborada por Krenak à perspectiva de sustentabilidade evidencia a urgência de tomada de atitudes adequadas para preservar o meio ambiente. Suas reflexões apontam que ações sustentáveis de caráter local não são suficientes para uma mudança radical, deve-se, mais do que isso, promover a sustentabilidade em nível global.

2. A NATUREZA EM PERSPECTIVA HISTÓRICA

Walter Mignolo, semiólogo e integrante do grupo modernidade/colonialidade, expõe em seu texto *Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade* (2017) uma importante reflexão para compreender mais profundamente os processos que desencadeiam a colonialidade da natureza. Para o autor, a modernidade, período histórico que frequentemente é aclamado pelos historiadores e demais intelectuais, oculta uma faceta obscura, qual seja, a colonialidade. A partir das invasões, os povos europeus colonizadores obtiveram fontes de riquezas para o seu próprio desenvolvimento técnico, econômico e epistêmico. Portanto, foi às custas da exploração territorial e humana dos povos colonizados que o continente europeu extraiu as condições para a fundação da Europa Ocidental enquanto uma das maiores potências do mundo. Assim, a colonialidade surge como o *modus operandi* que, desde o Renascimento até os dias atuais, norteia as civilizações.

Uma comparação do mundo por volta de 1500 com o que vemos nos dias atuais indica que, em algum momento, houve uma mudança radical na forma de funcionamento das civilizações. A fim de esmiuçar essa mudança abrupta, a reflexão tecida por Karen Armstrong em *Islam, a short history* (2002) é de grande valia. Nota-se que a ascensão da Europa Ocidental enquanto território detentor de poder não encontra precedentes na história. Afinal, durante séculos, ela foi vista como um lugar atrasado, quando comparado com o Império Cristão Bizantino. Foi apenas por volta dos séculos XII e XIII que a Europa Ocidental iniciou seu processo de crescimento para então, no século XVI, ocorrer a guinada crucial que desencadeou os mecanismos que a tornaram o centro de dominação mundial (Armstrong, 2002). Com o advento das grandes navegações, os europeus passaram a ocupar outros territórios do planeta. Diferentemente de antes, esses povos não precisavam mais depender dos seus excedentes agrícolas para investir em desenvolvimento. Com a dominação de inúmeros territórios e a exploração da força de trabalho dos povos coloniza-

1. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/atuacao/povos-indigenas/quem-sao>

dos, criou-se uma nova forma de economia segundo a qual os produtos podiam ser fabricados incessantemente, sem os limites que a forma agrária anterior impunha. Tal modelo econômico seria chamado mais tarde de capitalismo.

Essa mudança profunda de caráter econômico desencadeou alterações em outras áreas, como a política, a social e a intelectual. Cabe ressaltar as profundas transformações geradas também no âmbito intelectual. Quando os europeus do século XVI fizeram as primeiras descobertas da ciência moderna, uma grande revolução ocorreu. Novos conhecimentos sobre a medicina, a agricultura, a indústria e outras esferas reposicionaram o ser humano no mundo. Se antes o planeta parecia ser governado por leis imutáveis, agora, com as inúmeras descobertas proporcionadas pelo avanço da técnica, “os europeus perceberam que poderiam alterar o curso da natureza”², obtendo “maior controle sobre o meio ambiente do que qualquer um havia alcançado até então”³ (Amstrong, 2002, p. 142, *tradução nossa*). Essa confiança na técnica e os frequentes investimentos em seu progresso resultaram na revolução industrial do século XIX. A partir de então, sublinha Amstrong, os ocidentais sentiram tamanha confiança em si mesmos que não procuraram mais aprender com o passado, mas olhavam sempre para o futuro, norteados pela ideia de eficiência e progresso. Para tanto, os países colonizados se tornaram fonte de matéria-prima e, em troca, recebiam bens manufaturados de baixo custo. A modernização chegou às colônias, mas desfigurada: o processo que levava três séculos na Europa teve de ser implementado às pressas. Assim, se por um lado a Europa se beneficiou da modernização por meio do desenvolvimento econômico e do salto epistemológico, nas colônias a modernização chegou apenas superficialmente. O acesso ao conhecimento restringiu-se às classes mais nobres; os demais permaneceram confinados à vida agrária e viram suas cidades ser transformadas em espaços que lhes eram estranhos, nada familiares, e regidos por leis estrangeiras. Amstrong pontua:

As pessoas se sentiram estrangeiras em seus próprios países. Acima de tudo, a população local de todas as classes da sociedade se ressentiam do fato de não estarem mais no controle de seu próprio destino. Eles sentiam que haviam cortado toda conexão com suas raízes e experimentaram uma profunda perda de identidade (Amstrong, 2002, p. 144-145 *tradução nossa*).⁴

Nesse sentido, percebe-se como a chegada dos europeus aos territórios ultramarinos foi perpassada pela violência não apenas física, mas cultural e identitária. Os habitantes autóctones foram impelidos à mudança, muitas vezes incentivados a abandonar hábitos, costumes e tradições que formavam o seu respectivo arcabouço identitário e seu imaginário.

Ao refletir especificamente sobre o Brasil e sobre os povos indígenas, pode-se verificar um retrato claro da análise teórica aqui exposta. Em consonân-

2. Europeans had found they could alter the course of nature.

3. (...) greater control over the environment than anybody had achieved before.

4. People felt lost in their own countries. Above all, local people of all classes of society resented the fact that they were no longer in control of their own destiny. They felt had severed all connection with their roots, and experienced a sinking loss of identity.

cia com o processo colonizador, esses povos foram fonte de trabalho forçado, tiveram sua cultura apagada e muitos perderam seus espaços na aldeia, tendo de se submeter às leis estrangeiras. Vale destacar que o modo como tais povos interagiam com a natureza sofreu profundas modificações, uma vez que as demandas do desenvolvimento da técnica implicavam a objetificação da natureza, tratando-a como um recurso, utilizando-a como um meio para a obtenção de outros fins – prática muito diversa da relação indígena com o meio ambiente, que via na natureza um fim em si mesmo, tratando-a com respeito e responsabilidade.

3. ANÁLISE DO CONCEITO DE SUSTENTABILIDADE

Antes de expor a crítica de Ailton Krenak ao termo sustentabilidade, a pesquisa propõe a análise da origem desse termo, bem como o significado que lhe é atribuído. Assim sendo, verifica-se que a ideia de desenvolvimento sustentável surge tardiamente e remete à Primeira Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio ambiente, de 1972, mais especificamente ao Relatório Brundtland de 1987, em que o conceito aparece descrito e delimitado. Tal documento aponta, de forma geral, para a necessidade de mudanças no trato com a natureza. O relatório considera que o desenvolvimento, para ser sustentável, deve levar em conta as gerações futuras, a fim de que estas não careçam de suas necessidades básicas devido às atitudes irresponsáveis dos seus antepassados. Assim, se por um lado a meta do desenvolvimento é satisfazer as necessidades e os desejos dos seres humanos, por outro, deve-se atentar para o fato de que as necessidades básicas dos países subdesenvolvidos não estão sendo atendidas. Nesses lugares, há uma carência de elementos primários, como casa, comida, roupas e trabalho. Ora, “num mundo onde a pobreza e a injustiça são endêmicas, sempre poderão ocorrer crises ecológicas e de outros tipos” (Brundtland, 1991, p. 47). Nesse sentido, fica clara a correlação entre a ausência de elementos básicos para uma vida digna e a impossibilidade de concretização do desenvolvimento sustentável.

Segundo o relatório, o desenvolvimento sustentável deve se basear em práticas que, no processo de exploração dos recursos naturais e de produção de tecnologia, levem em conta a forma como os investimentos são direcionados e a postura adotada pelas instituições, a fim de que sejam defendidos os interesses da população tanto do presente quanto do futuro. Uma sociedade desigual desencadeia crises ecológicas, de modo que, para alcançar o desenvolvimento sustentável, é mister que todas as pessoas tenham acesso às condições mínimas de vida. Entretanto, uma dificuldade diz respeito justamente à questão das necessidades, pois estas são elaboradas socialmente e podem diferir de lugar para lugar. Em países desenvolvidos, elegem-se necessidades supérfluas como necessidades básicas, de forma que “o desenvolvimento sustentável requer a promoção de valores que mantenham os padrões de consumo dentro do limite das possibilidades ecológicas a que todos podem, de modo razoável, aspirar” (Brundtland, 1991, p. 47).

Além disso, o relatório afirma que, no intuito de promover a igualdade social, o desenvolvimento sustentável deveria aumentar os níveis de produção

em locais de pobreza e garantir uma distribuição igualitária – dado que nem sempre uma elevada produção coincide com uma partilha proporcional dos bens. Segundo o documento, é através “[da] educação, [do] desenvolvimento das instituições e [do] fortalecimento legal” (Brundtland, 1991, p. 50) que se criam condições para que as pessoas tenham consciência da importância do desenvolvimento sustentável. Afinal, como exemplifica o relatório, dependendo do lugar onde uma indústria se instala, ela pode disseminar grande quantidade de poluição sem ser detida, uma vez que as pessoas diretamente afetadas possuem baixa renda e não têm condições de reivindicar seus direitos.

Sobressai, novamente, uma das premissas básicas capaz de promover o desenvolvimento sustentável, qual seja, a erradicação da pobreza absoluta – sem condições de satisfazer suas necessidades mínimas, exclui-se a viabilidade de atitudes sustentáveis. No entanto, sublinha o relatório, “não é que de um lado existam vilões e do outro vítimas. Todos estariam em melhor condição se cada um considerasse os efeitos dos seus atos sobre os demais. Mas ninguém está disposto a crer que os outros agirão desse modo, e assim todos continuam a buscar os seus próprios interesses” (Brundtland, 1991, p. 50). Ou seja, trata-se de responsabilizar tanto a população de países subdesenvolvidos que não reivindicam e lutam por leis e atitudes que levem em conta o meio ambiente quanto as indústrias que, ao se instalarem em países pobres, aproveitam-se da precariedade social para atuar de forma que lhes é conveniente sem considerar a natureza.

A Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento e o Meio Ambiente resulta no que será conhecida como a Declaração de Estocolmo. Elaborada quinze anos antes do Relatório Brundtland, o material não menciona o termo desenvolvimento sustentável, no entanto, verifica-se que tal conceito, criado posteriormente, já estava disseminado nas ideias propostas pelo documento de 1972. O objetivo da declaração é propor orientações que norteiem as atitudes da sociedade no intuito de estabelecer a preservação do ambiente humano. Dentre os 33 princípios abordados pelo documento, pode-se destacar alguns.

Logo no início afirma-se que o ser humano tem o direito de viver em um espaço que lhe proporcione condições para manter sua saúde e bem-estar, como também é dever dessas pessoas preservar o ambiente em que vive, para uma vida melhor no presente e no futuro. Ou seja, os recursos naturais devem ser bem cuidados e administrados no intuito de não prejudicar os povos que virão. Deve-se, ainda, levar em conta a capacidade do planeta de produzir recursos renováveis e empenhar-se para que a Terra siga em condições de oferecer tais recursos. No que se refere aos recursos não renováveis, recomenda-se que sejam utilizados com parcimônia, a fim de que as gerações futuras também possam desfrutar de tais bens. O desenvolvimento econômico, destarte, deve ser pensado levando-se em conta a preservação da natureza, uma vez que já são notáveis os prejuízos das práticas humanas ao meio natural. A qualidade da vida humana, bem como o uso sábio dos recursos naturais, exige o desenvolvimento econômico e social, tal como reiterado no Relatório Brundtland. Para tanto, o documento sugere “a transferência maciça de recursos consideráveis de assistência financeira e tecnológica que

complementem os esforços internos dos países em desenvolvimento, além de ajuda oportuna, quando necessária" (UNEP, 1972, p. 2). Nota-se, portanto, a crença de que o investimento financeiro nos países subdesenvolvidos seria a saída para que tais locais fossem capazes de progredir suficientemente, gerando a capacidade de promover o desenvolvimento sustentável. Ainda, é concedida às nações o direito absoluto de exploração de recursos, desde que tal exploração não danifique o meio ambiente.

Da análise de alguns pontos, tanto do Relatório Brundtland quanto da Declaração de Estocolmo, é possível verificar que, infelizmente, mesmo após tantos anos, a meta dos documentos, qual seja, o desenvolvimento da sociedade em observância aos preceitos básicos e em respeito ao meio ambiente, não foi implementada. O crescimento econômico e social dos países então chamados de subdesenvolvidos é uma das ideias centrais nas quais o desenvolvimento sustentável se baseia. Para tanto, pressupõe-se que os países ricos sejam fonte de recursos financeiros e façam, portanto, doações aos países pobres para que estes tenham condições de progredir. Tal prática vai na contramão da forma pela qual uma sociedade capitalista funciona, uma vez que existe o interesse óbvio na exploração dos itens e serviços que os países pobres fornecem aos países desenvolvidos. Além disso, os países ricos buscam aumentar e acumular sua riqueza, em vez de doar parte dela para benefício alheio. Também, vale questionar se, mesmo que tal doação fosse feita, isso resolveria as inúmeras problemáticas que os países pobres enfrentam.

Outra afirmação que merece análise é aquela trazida pelo Relatório Brundtland, de que os países ricos não são os vilões e os países pobres não são as vítimas. Contudo, muitos dos países que hoje estão em situação de pobreza devem isso ao processo de exploração que sofreram durante a colonização e muitos dos países que hoje são ricos puderam fazer investimentos e se desenvolver por conta da exploração de riquezas e do trabalho escravo que era obtido nos países colonizados. No caso do Brasil, por exemplo, a escravidão durou 388 anos, sendo o último país das Américas a abolir-la. No ano de 2023, faziam apenas 135 anos que a escravidão havia acabado. Fica evidente, portanto, que as sequelas históricas da colonização ainda se fazem presentes em diversos aspectos, devendo-se também levar em conta o próprio sistema capitalista, que tem como característica a desigualdade social e econômica.

A Declaração de Estocolmo refere-se ao "ambiente humano". É possível verificar que a ideia de ambiente humano carrega um viés fortemente antropocêntrico, pois, ao caracterizar o ambiente como *humano*, manifesta-se a ideia de que o ambiente existe *para* o ser humano, como se a finalidade da natureza fosse garantir a vida e o conforto do ser humano. No entanto, vale ressaltar que o ser humano não deve ser o único a ser considerado; talvez seja justamente essa perspectiva antropocêntrica uma das causas da crise ambiental vivenciada atualmente. O meio ambiente é habitado não apenas pelo ser humano, mas por inúmeros seres vivos e também não vivos. Ainda, os demais seres vivos possuem seus próprios interesses e não podem ser considerados apenas como um meio para satisfazer os desejos dos seres humanos. Por fim, a ideia trazida no encerramento da Declaração de Estocolmo, de que

é outorgado aos governos o direito absoluto de exploração – desde que não haja destruição da natureza –, se caracteriza como uma perspectiva conivente com a exploração desenfreada, pois cada governo pode manipular a lei ao seu bel-prazer, utilizando-se de uma retórica própria que justifique a exploração ao mesmo tempo em que afirma que não está destruindo a natureza.

4. A NATUREZA HOJE – CRÍTICA AO MITO DA SUSTENTABILIDADE

Se antes a crise ambiental era algo que se previa, hoje é possível afirmar que esse momento já chegou. Com tal eclosão, não foram poucos os pensadores que passaram a procurar uma nova definição para a natureza, a fim de investigar de que forma a humanidade deveria lidar com o meio ambiente sem levar à sua destruição. As reflexões elaboradas por Ailton Krenak destacam-se pela propriedade com que os argumentos são propostos: oriundo de um povo indígena de nome Krenak, o líder é consciente da colonialidade da natureza que se perpetua desde a invasão europeia nas terras que se convencionou chamar de Brasil. Para o indígena, não há dúvidas sobre a definição de natureza: “Eu não percebo onde tem alguma coisa que não seja natureza. Tudo é natureza. O cosmo é natureza. Tudo em que consigo pensar é natureza” (Krenak, 2020b, p. 16-17). Segundo ele, o ser humano se alienou do próprio lugar que habita, gerando a ideia de que a Terra é uma coisa e os seres humanos outra, perspectiva facilmente encontrada nas definições de natureza usadas por alguns pensadores.

A questão acerca da colonialidade da natureza, ou seja, da forma como os interesses dos povos colonizadores ainda interferem na maneira como a natureza é administrada e controlada, é notória na análise dos povos indígenas. Os relatos e as reflexões de Krenak auxiliam a perceber pormenorizadamente tal conjectura. O pensador comenta que, conversando com professores de história da filosofia e da tecnologia, lhe foi mencionado que o ser humano começa a se desvencilhar da natureza, ou seja, principia a se sentir um “outro” no meio ambiente que o circunda, quando começa a se apropriar da técnica e a atuar sobre todos os elementos da natureza e os seus fenômenos naturais. Se, até o século XX, o ser humano não possuía instrumentos capazes de esgotar os elementos naturais, hoje em dia, a realidade é outra. Krenak relembra que o combustível fóssil, considerado tão essencial atualmente, deveria ter sido abolido na década de 1990, como indicado em diversos estudos. Entretanto, cada vez mais a sociedade tem utilizado, por exemplo, o petróleo como fonte de fabricação de inúmeros itens, que vão desde combustível para carros e aviões, passando por óleo diesel e chegando até mesmo à composição de cosméticos, plásticos, tecidos e certos alimentos. Além disso, a massiva fabricação de produtos para consumo tem por trás as indústrias, que, por sua vez, são responsáveis pela emissão de inúmeros dejetos e gases que poluem a natureza.

Cabe sublinhar que o processo predatório de que tem sido vítima o meio ambiente encontra seus fundamentos na perspectiva que vê a natureza como um *recurso*. Segundo o dicionário Aurélio, o termo “recurso” tem, dentre seus

significados, o seguinte: “meio para resolver um problema” (Ferreira, 2007, p. 418). Portanto, o ser humano trata a natureza como um meio para resolver um problema. Pode-se interpretar esse problema como a questão do desenvolvimento técnico e econômico. Assim, trata-se de utilizar a natureza com a finalidade de “sair do atraso”, perspectiva implementada desde o início da modernidade, para então ser capaz de progredir em determinadas áreas que são consideradas importantes. Ainda, a relevância atribuída à área econômica e técnica, por exemplo, é outorgada pelo sistema capitalista que, em última instância, foi implementado pelo colonizador em cumprimento de seus interesses.

No que se refere aos povos indígenas, parece consenso que, apesar da diversidade de povos existentes e, conseqüentemente, das diferentes perspectivas de mundo que estes possuem, a natureza é sempre vista como algo fundamental, uma esfera tratada com muito respeito. Ou seja, apesar das numerosas cosmologias dos povos originários, “todas elas tratam de um mesmo cosmo” (Krenak, *apud* Yussef, 2021, p. 94). Na Cordilheira dos Andes encontramos diferentes povos nativos que partilham dessa perspectiva: é consenso entre eles que a Cordilheira é viva e sagrada e todo conjunto de seres constitui uma unidade que é chamada de *Pachamama*, ou seja, Mãe Terra. O conceito recente de “Bem Viver” tem sua origem nos povos andinos. Krenak cita que os povos Quechua e os Aymara, por exemplo, usam o termo *Sumak Kawsí*, que designa uma forma específica de lidar com as coisas do mundo que é caracterizada pelo entendimento de que muitos seres habitam a Terra, não apenas o humano, sendo assim, deve haver respeito no trato com tais seres, sejam eles vivos ou não vivos. Todos habitam a mesma casa, a Terra, e fazem parte de uma mesma família, então todos são parentes uns dos outros, afinal todos estão interligados de alguma forma. Fica evidente, portanto, que deve haver uma convivência gentil, pois qualquer desequilíbrio de forças é capaz de gerar consequência em diversos níveis e para todos os seres.

A ideia de Bem Viver, portanto, é uma tradução do termo original *Sumak Kawsí*. Percebemos que, se considerado de forma literal, o Bem Viver significaria justamente uma boa convivência com todos os seres existentes no planeta Terra. Entretanto, como aponta Krenak, o conceito ameríndio sofreu uma espécie de pasteurização, pois, para chegar ao termo Bem Viver tal como o conhecemos, ele foi alvo de mudanças e se encaixa muito mais em uma perspectiva ocidental do que naquela criada pelos povos andinos.

A perspectiva ocidental em questão é aquela promovida pela Europa após a Segunda Guerra Mundial e que tem como expoente o alemão Willy Brandt, do Partido Social-Democrata. Brandt foi o responsável pelo Relatório Brandt, documento que pretendia promover políticas capazes de apaziguar as relações dos países do Norte com os países do Sul. Algumas das recomendações do relatório envolvem a erradicação da fome, o financiamento para o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos e o cuidado com o meio ambiente. Assim, um dos maiores objetivos do relatório é justamente conferir tarefas aos países do Norte para que, a partir de práticas políticas e sociais, a desigualdade encontrada nos países do Sul fosse reduzida, criando uma relação de interesses em comum entre o Norte e o Sul, em vez de uma relação

exploratória. No entanto, devido ao domínio exercido pelos países do Norte, do desejo de hegemonia de tais povos, de anseios nacionalistas e do caráter intrínseco do sistema capitalista, não houve interesse na execução de tais propostas.

Para Krenak, políticos como Brandt trabalharam para que houvesse melhor distribuição de riquezas com o intuito de promover um estado de bem-estar, ou seja, para viabilizar uma sociedade em que as pessoas tenham as mesmas oportunidades de acesso à educação, à saúde e outras esferas importantes. No entanto, questões de interesse inviabilizam tais propostas, de forma que o estado de bem-estar que deveria ser universalizado fica concentrado em apenas alguns países da Europa e nos Estados Unidos. Torna-se, assim, evidente a discrepância do conceito ameríndio abordado anteriormente, que propõe o bem-estar de todos os seres, e o conceito ocidental de bem viver.

A utilização da natureza como meio para a produção de bens de consumo é desenfreada. Krenak destaca o caráter apaixonante da mercadoria e que atrai os brancos. Ele acredita que o sistema capitalista possui um poder de atração que faz com que “qualquer porcaria que anuncia vire imediatamente uma mania” (Krenak, 2020a, p. 61), diagnosticando que existe um vício pelo novo, pela novidade. Apesar da imensa quantidade de mercadorias existentes não só nas lojas, mas também nas casas das pessoas que as acumulam, a cada anúncio de uma nova mercadoria, uma espécie de desejo voraz incide sobre tais indivíduos por sua obtenção. Krenak também pontua que, desde a década de 1970, a civilização tem sido alertada para o dano que tem causado à camada de ozônio. Ele indaga: “Como é que você é avisado de que está furando o teto do céu e o máximo que consegue fazer é trocar de geladeira?” Fica evidente a não preocupação das pessoas com os males que a sociedade de consumo tem gerado ao meio ambiente.

A compreensão da ideia de Bem Viver, tal como os povos ameríndios propõem, implica “a experiência de manter um equilíbrio entre o que nós podemos obter da vida, da natureza, e o que nós podemos devolver” (Krenak, 2020c, p. 8-9), sendo isso o que há de comum entre o que a proposta de Bem Viver promove e o conceito de sustentabilidade em seu sentido mais autêntico. Quando se verificam as formas pelas quais a ideia de sustentabilidade tem sido colocada em prática hoje, nota-se que sua implementação se dá em uma esfera muito mais individual do que global. Esse é o principal motivo para a crítica de Krenak ao movimento da sustentabilidade. Esta não deve ser marcada pela tomada de posição pessoal, é algo que necessita envolver todas as esferas de uma comunidade. O autor afirma:

Depois que comermos a Terra, vamos comer a Lua, Marte e outros planetas. A mesma dificuldade que muita gente tem em entender que a Terra é um organismo vivo, eu tenho em entender que o capitalismo é um ente com o qual podemos tratar. Ele não é um ente, mas um fenômeno que afeta a vida e o estado mental de pessoas no planeta inteiro – não vejo como dialogar com isso (Krenak, 2020a, p. 69).

O líder indígena mostra que não acredita na possibilidade de conciliar um autêntico modo de vida sustentável com o atual sistema capitalista. Ou seja, trata-se de uma contradição o anseio de unir sustentabilidade e capitalismo – são práticas que se excluem mutuamente. Afinal, em linhas gerais, o mundo atualmente é marcado pela desigualdade. Em lugares que ainda sofrem pelo histórico da colonização, como no Brasil, fica mais evidente o abismo que separa a maior parte das pessoas de uma vida capaz de proporcionar o real sentido do Bem Viver e de sustentabilidade – no sentido radical do termo. Promover a sustentabilidade radical é algo que implica mudanças que sejam globais e não individuais. Krenak afirma que a sustentabilidade, tal como ela tem sido praticada, é pura vaidade pessoal e expressa apenas o egoísmo do ser humano. Ele explica: “Se a gente vive em um cosmos, em um vasto ambiente, onde a desigualdade é a marca principal, como que, dentro dessa marca da desigualdade, nós vamos produzir uma situação sustentável? Sustentável pra mim?” (Krenak, 2020c, p. 9).

O autor conta que muitas pessoas o criticaram por tal análise, afirmando que a sua desaprovação à ideia de sustentabilidade poderia causar prejuízos às iniciativas que propunham um consumo mais saudável e um modo de vida que fosse menos nocivo para o meio ambiente. Krenak concorda que o ser humano deve encontrar melhores formas de habitar o mundo, entretanto, uma mudança positiva e autêntica não se daria através do “mito da sustentabilidade”, este seria, antes, uma ilusão da qual as pessoas participariam apenas para se sentirem bem, enquanto, na verdade, seguem compactuando com uma sociedade exploradora e desigual. Acreditar no mito da sustentabilidade, no qual algumas pessoas promovem atitudes individuais, desemboca em uma situação em que “vamos apenas nos enganar, mais uma vez, como quando inventamos as religiões” (Krenak, 2020a, p. 103). Ainda, o mito da sustentabilidade também serve para acobertar as corporações que têm explorado de maneira irresponsável a natureza, pois, através de rótulos superficiais, afirmam promover a sustentabilidade, quando, na verdade, seguem consumindo a natureza como se fosse recurso e produzindo mercadorias em escala industrial.

A sustentabilidade autêntica deve englobar todos os seres vivos e não vivos, deve constituir um equilíbrio de convivência, em vez de se manifestar como pequenas bolhas individuais de sustentabilidade. Afinal, Krenak alerta: “Eu não vou me salvar sozinho, estamos todos enrascados” (Krenak, 2020a, p. 104). A consciência de que uma atitude pessoal não é capaz de mudar o ritmo no qual a natureza tem sido devastada pode, como afirma o autor, abrir outras possibilidades de atuação, ou seja, tal entendimento deve servir para a elaboração de novas estratégias que sejam mais radicais, no sentido de irem diretamente à raiz do problema. O pensador pontua:

Se você ainda vive a cultura de um povo que não perdeu a memória de fazer parte da natureza, você é herdeiro disso, não precisa resgatá-la, mas se você passou por essa experiência urbana intensa, de virar um consumidor do planeta, a dificuldade de fazer o caminho de volta deve ser muito maior. Por isso

acho que seria irresponsável ficar dizendo para as pessoas que, se nós economizarmos água, ou só comermos orgânico e andarmos de bicicleta, vamos diminuir a velocidade com que estamos comendo o mundo – isso é uma mentira bem embalada (Krenak, 2020a, p. 104-105).

Percebe-se, portanto, que pequenas ações individuais não são capazes de combater a ferocidade e a velocidade com que “estamos comendo o mundo”. Sem o devido cuidado com a natureza, o ser humano pode vir a perecer de diferentes modos. Assim, é imperativo que novas formas de habitar o mundo sejam não apenas pensadas, mas, antes de tudo, colocadas em prática, “senão, seria como se alguém quisesse ir ao pico do Himalaia, mas pretendesse levar junto sua casa, a geladeira, o cachorro, o papagaio, a bicicleta” (Krenak, 2020a, p.44). Ou seja, o ser humano deve desconstruir a forma como tem experienciado a vida na Terra para então construir uma nova forma de habitação que se harmonize com os demais seres que existem no globo, sejam estes seres vivos ou não vivos.

5. CONCLUSÃO

Temos que parar de nos desenvolver e começar a nos envolver

Ailton Krenak

A pesquisa se propôs a explicar a origem do conceito de sustentabilidade, seu significado e sua aplicabilidade, além da crítica do indígena Krenak a tal conceito, que, a seu ver, não cumpre aquilo que teoricamente promete. A partir de então trata-se de oferecer um horizonte de possibilidades para a melhoria do mundo em que vivemos. Tal horizonte é pautado pela união entre o conhecimento ancestral dos povos originários e o conhecimento oferecido pela ciência contemporânea. Assim, levando-se em conta que o conceito de sustentabilidade não tem sido colocado em prática em seu aspecto mais autêntico, conclui-se que a mudança necessária para o ser humano operar melhorias no espaço em que habita deve ser guiada pelo desenvolvimento de práticas mais respeitosas com o meio ambiente, pois nisso reside a possibilidade de reintegração e de reconexão entre indivíduo e natureza. Segundo o filósofo, “estamos vivendo num mundo onde somos obrigados a mergulhar profundamente na terra para sermos capazes de recriar mundos possíveis” (Krenak, 2022, p. 37).

Nesse sentido, é evidente que não se trata de voltar a ser uma sociedade agrícola, mas que se deve promover novas formas de habitar o mundo. Além disso, Krenak não acredita na integração dos povos indígenas na sociedade contemporânea. Ele acredita, por outro lado, na *atualização* dos povos indígenas a partir de certas ferramentas proporcionadas pela sociedade do homem branco. Que os povos nativos se atualizem, portanto, não implica a completa absorção desses povos pela sociedade contemporânea. Krenak (2015) compreende que os povos indígenas possuem um “plano de futuro”; isso significa um plano que, levando em conta o passado e o presente, fabrica

projetos para o futuro. Tais projetos não descartam as possíveis relações com o mundo dos brancos. Krenak afirma:

Quando Leônidas Pires fica nervoso de os índios estarem usando Panasonic, Seiko e calça jeans, ele está se esquecendo exatamente de que esses elementos, esses dados, vão ser matéria-prima para essas populações construírem seu projeto de futuro. Se houver sensibilidade e respeito por essas populações, essas populações são capazes de dar respostas a problemas muito sérios que essa civilização moderna não consegue responder. Não só do ponto de vista ambiental, mas do ponto de vista inclusive das relações sociais mesmo: por que as comunidades tradicionais conseguem assegurar, por exemplo, o controle populacional, por que conseguem assegurar níveis de atendimento das necessidades do seu povo sem conflitos, sem guerras extraordinárias e tudo. Nós sabemos que tem tribos nossas que não são tribos guerreiras, que nunca fizeram guerras, são tribos pacíficas mesmo, assim por religião, e não precisam lançar mão de conflitos para resolver os seus problemas sociais. Tem muitas coisas que os civilizados poderiam aprender (Krenak, 2015, p. 61).

Sendo assim, o autor ressalta a importância de a sociedade contemporânea abrir margem de diálogo com os povos indígenas. Ainda, a atualização de povos indígenas que, por acaso, utilizem, por exemplo, calça jeans, não faz desses indígenas menos índios, não corrompe a cultura que vivenciam.

Outro exemplo importante citado por Krenak, no que se refere aos aspectos positivos da atualização de determinados povos nativos, é o caso dos povos Suruí, em Rondônia. Quando, anos atrás, o governo fez a demarcação de terras destinadas a esses povos, os Suruí obtiveram terras que já traziam consigo, por exemplo, plantações de café e áreas de pastagem, atividades que são vistas como cultivo branco, pois não fazem parte do tipo de cultivo que os povos indígenas exercem. O cultivo branco consumiu cerca de 10% do território que antes era uma floresta densa; isso significa que, quando os povos nativos reassumiram o espaço, este estava arrasado. Para reaver a floresta que existia antes naquele lugar, levando-se em conta os métodos dos povos Suruí, eles teriam de deixar a terra descansar e se restabelecer, se revigorar, algo que levaria em torno de 200 a 300 anos. No entanto, os Suruí não podem esperar séculos para ocupar o lugar que lhes pertence. Assim, surgiu a possibilidade de atualização de práticas indígenas, em que, às técnicas tradicionais dos povos Suruí somam-se as tecnologias desenvolvidas pela sociedade contemporânea. Krenak explica:

Eles vão ter que distribuir mudas, eles vão ter que ter viveiros, eles vão ter que ter estufas, eles vão ter que ter uma série de engenhocas ali e, em alguns momentos, vão ter até que realizar também uma cooperação com biólogos, com engenheiro florestal, para aplicação desse conhecimento tradicional (Krenak, 2015, p. 60).

Percebe-se que não se trata de integração entre os povos indígenas e a sociedade contemporânea, não ocorre homogeneização de culturas, o que ocorre, como já mencionado, é uma atualização, uma amplificação dos sa-

beres tradicionais através da tecnologia existente. Tal prática “é afirmativa da tradição, ela não é negativa da tradição, porque quem dá o segredo de como curar a terra é exatamente os velhos” (Krenak, 2015, p. 60). Assim sendo, esses e outros exemplos, bem como a evidência da resistência de séculos dos povos da floresta, mostra que tais indígenas não pretendem perder sua identidade, adequando-se à sociedade ocidental; existe, inversamente, um movimento forte de preservação dos seus saberes e cultura, Krenak afirma:

Quando eu falo da ideia de crescimento de nossas comunidades em relação à atualização tecnológica, em conhecer como é o mercado para os produtos da floresta, em conhecer as cooperações que nós podemos ter com os órgãos do governo, com as instituições de pesquisa, nós ao mesmo tempo estamos descobrindo como é que nós podemos ter uma maior participação na vida cultural do país (Krenak, 2015, p. 126).

Trata-se, portanto, da tentativa de tecer relações saudáveis com a cultura ocidental, em vez de construir muros. O que a sociedade ocidental deve entender é que não há interesse dos povos indígenas em adentrar totalmente o modelo de vida contemporâneo; tais povos orgulham-se de ser os povos originários, os povos da floresta. Eles não apenas lutaram como seguem lutando para preservar o direito de serem quem eles querem ser.

Nesse caso, não apenas os povos originários podem se apropriar da tecnologia desenvolvida pelo Ocidente, mas também o inverso, a sociedade contemporânea poderia utilizar os saberes dos povos originários para guiá-la no trato com a natureza. Isso significa a possibilidade de propor métodos que compatibilizem a tecnologia, como um de seus instrumentos, com a prática baseada no conhecimento ancestral indígena. Afinal, tal saber antigo dos povos originários traz uma abordagem com a natureza que pode agregar no manejo das tecnologias.

Para os povos originários, o ser humano não é algo separado da Terra, ou seja, eles não veem a natureza de modo distanciado e de forma objetificada, como um meio para obter outras coisas. Por outro lado, eles se sentem como seres que integram a natureza, por isso estão em constante comunhão com ela e sabem que mantê-la preservada é o pressuposto fundamental para a sua própria existência. Nesse sentido, como afirma o líder indígena, trata-se da “busca de uma espécie de equilíbrio entre o nosso mover-se na Terra e a constante criação do mundo” (Krenak, 2020a, p. 69). Os indígenas, enquanto povos da floresta, sustentam esse tipo de relação respeitosa com o meio ambiente. Não precisam de muitas mercadorias, portanto, não necessitam de tantas indústrias e, por conseguinte, não incentivam uma sociedade de consumo predatória com a natureza. E essa é justamente a diferença entre os indígenas e os não indígenas. Para os brancos, a Terra e os seus atributos representam um meio para a obtenção de, majoritariamente, dinheiro, conforto e progresso, enquanto para os povos originários a Terra é um ente vivo que possui uma finalidade em si mesma.

Nesse sentido, os povos indígenas possuem um modo de ver, perceber e interpretar o mundo que pode “abrir uma fresta de entendimento nesse entorno que é o mundo do conhecimento” (Krenak, 2020a, p. 35). Pro-

mover o pensamento do líder indígena Ailton Krenak significa não apenas a possibilidade de imaginar outros mundos, mas também ajuda a evocar um pensamento de caráter decolonial. Tal movimento denuncia o apagamento da cosmologia do povo Krenak e promove a divulgação da existência e da relevância de outros tipos de conhecimento acerca do mundo e das coisas – que não apenas o europeu ou norte-americano. Sua crítica à forma como a sociedade tem colocado em prática aquilo que chama de sustentável denuncia algo já conhecido nas sociedades ocidentais – seu caráter egoísta e antropocêntrico. Dessa forma, vislumbrar outros mundos se mostra fundamental na construção de um novo futuro. A possibilidade de unir o conhecimento ancestral dos povos indígenas à atual tecnologia pode ampliar em larga escala tais saberes autóctones, configurando-se como uma boa estratégia para a atual crise ambiental.

REFERÊNCIAS

AMSTRONG, Karen. Islam agonistes. In: Islam, a short history. Modern Library Chronicles: Nova York, 2002.

BRASIL. [Constituição de 1988]. Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988 com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm >. Acesso em: 05/01/2022

BRUNDTLAND, ONU relatório. Nosso futuro comum: Comissão mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

FARIA, Ernesto. Dicionário escolar latino-português. Ministério da educação e cultura – Departamento nacional de educação – Campanha nacional de material de ensino, Rio de Janeiro, 1962.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Aurélio: o dicionário da língua portuguesa. Curitiba: Positivo, 2007.

KRENAK, Ailton. A vida não é útil. São Paulo: Companhia das Letras, 2020a.

_____. Ideias para adiar o fim do mundo. Companhia das Letras, 2020b.

_____. Caminhos para a cultura do bem viver. Organização: Bruno Maia: Rio de Janeiro, 2020c. Disponível em <casamontealegre.com.br/o-bem-viver-e-a-cultura/>. Acesso em: 1/05/2022.

KRENAK, Ailton. CAMPOS, Yussef. *Lugares de origem*. São Paulo: Jandaíra, 2021b.

MIGNOLO, Walter. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. Revista brasileira de ciências sociais, v. 32, n. 94, 2007.

QUIJANO, Aníbal. "Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina". In: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires, CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf>.

UNEP, Organização das Nações Unidas para o Meio Ambiente. Declaração de Estocolmo. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20de%20Estocolmo%201972.pdf>>. Acesso em: 19/06/2022.